

Disciplina PCA 5043 - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental - PROCAM
Justiça Climática, Cidades e Desigualdades Ambientais

FICHAMENTO

Nome: Isabela Carmo Cavaco

Data: 10/10/2022

Regiane Tiemi Teruya Yogui

Título do artigo

PORTER, L, RICKARDS, L, VERLIE, B, ET AL. (2020) Climate Justice in a Climate Changed World. **Planning Theory & Practice**, v. 21, n. 2, p. 293–321.

Breve descrição do(s) autor(es)

- Libby Porter, é professora do Centro de Pesquisas Urbanas (CUR, na sigla em inglês), da universidade Royal Melbourne Institute (RMIT), que fica em Melbourne, Austrália. Estuda planejamento e desenvolvimento urbano, principalmente a desapropriação e deslocamento de comunidades.
- Lauren Rickards, é professora e co-líder do programa “Transformações das Mudanças Climáticas”, do CUR, na RMIT. É uma das autoras principais do capítulo da Australasia do 6º relatório do IPCC, no grupo de trabalho “Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade”. Pesquisa sobre mudanças climáticas pelas lentes de planejamento urbano e ciência social.
- Blanche Verlie, professora e pesquisadora do CUR/RMIT. Estuda intersecções entre feminismo, justiça climática, educação e a política de emoções.
- Karyn Bosomworth, co-líder do programa “Transformações das Mudanças Climáticas”, do CUR/RMIT. Co-fundadora do grupo “Climate Change Exchange”, uma rede que faz pontes entre pesquisas e pesquisadores e tomadores de decisão. Pesquisa com foco em adaptação climática e justiça.
- Susie Moloney, professora no programa de Sustentabilidade e Planejamento Urbano, e membro do CUR, ambos da RMIT. Co-fundadora do “Climate Change Exchange”. Estuda mudanças climáticas dentro do planejamento urbano, governança e políticas a nível local e regional.
- Bronwyn Lay, coordenadora de Justiça Ecológica no Serviço Social Jesuíta, e do grupo “Climate Change Exchange”, da RMIT. Possui conhecimento em direito penal, direito ambiental e governança de territórios, além de várias publicações na área de justiça ecológica.
- Ben Latham, é assessor de políticas no Conselho de Serviço Social do estado de Victoria, Austrália. Trabalha com foco nas pessoas em vulnerabilidade em situação de pobreza e como as mudanças climáticas as impactam, além de buscar eficiência energética, energias renováveis e transição energética justa.

- Isabelle Anguelovski, diretora do Laboratório de Justiça Ambiental e Sustentabilidade de Barcelona, e professora pesquisadora da Instituição Catalã de Pesquisas e Estudos Avançados (ICREA) da Universidade Autônoma de Barcelona. Pesquisa planos e políticas urbanas e ambientais, com foco nos efeitos dessas sobre as comunidades de baixa renda e não brancas.
- David Pellow, professor de Estudos Ambientais, diretor do Projeto de Justiça Ambiental Global na Universidade da Califórnia, Santa Barbara. Suas pesquisas se concentram no tema de justiça ambiental nos Estados Unidos e globalmente, e trabalha com várias organizações para aprimorar a qualidade de vida e de trabalho para comunidades marginalizadas.

Ideias centrais do artigo

O artigo é de autoria de pesquisadores que estudam e/ou trabalham na Austrália, e foi publicado em abril de 2020, logo após a temporada de incêndios florestais ocorridos na Austrália entre o fim de 2019 e início de 2020. Esses incêndios causaram numerosas perdas, entre vidas humanas, fauna e flora, plantações e criações animais, habitações, entre outros. Devido a essas particularidades, o artigo explora os efeitos das mudanças climáticas na Austrália, que são principalmente sentidos em ondas de calor, queimadas e recordes de temperatura.

Pode-se dizer que este artigo é, na verdade, uma coletânea, pois são 7 textos que tratam de injustiças climáticas de diferentes formas, desde injustiça climática nas próprias relações e produções dentro do meio acadêmico, até injustiças relacionadas aos povos aborígenes do território australiano.

Os 3 primeiros textos (após a introdução) tratam mais estreitamente de relações de injustiça climática na Academia, a começar dos diferentes métodos utilizados na formação de graduandos, que contribuem para a reprodução de injustiças na futura atuação profissional em planejamento urbano, principalmente. Passam pelas relações de poder que definem quem de fato produz os debates e estudos científicos, e quem não é incluído nessas práticas.

Os 2 textos que seguem ocupam-se de estudos mais práticos, e apresentam cenários presentes e possíveis intervenções de adaptação para o território australiano, soluções focadas em enfrentar as ondas de calor que assolam o país.

Por fim, o último texto discute mais profundamente a conexão entre colonialismo e mudanças climáticas, e elucidam como seriam ações de adaptação anti-colonialistas para a Austrália.

Metodologia e Teoria utilizada

Por se tratar de 7 textos há diferentes metodologias, mas a maior parte deles faz uso da revisão da literatura e pensamento crítico como metodologias principais. Há, ainda, estudos de caso focados na Austrália.

Conclusões dos autores

Os textos contém diversas reflexões anti-colonialistas, colocando este termo como central para tratar de justiça climática. A estrutura colonial criou as vulnerabilidades estudadas hoje e segue reproduzindo-as, por isso, os autores frisam que faz parte da responsabilidade social de pesquisadores, incorporarem essas reflexões anti-colonialistas nos estudos de mudanças climáticas, principalmente de justiça climática.

Os autores, no geral, tratam dos conceitos de justiça climática e adaptação climática a partir de visões bem críticas, refletindo e sugerindo caminhos alternativos para os padrões estabelecidos para estes conceitos dentro do meio acadêmico. Por exemplo, a adaptação muitas vezes é tomada por abordagens técnico-científicas (realocação de comunidades em risco climático, “construções verdes”), enquanto os autores destacam o potencial de se buscar justiça climática emancipatória por meio da própria adaptação.

Destacam também a necessidade de trabalhos coletivos, co-criações, e interdisciplinaridade tanto na Academia, como nos governos, e entre esses dois. Neste ponto, apresentam a própria experiência de alguns dos autores com o grupo “Climate Change Exchange”, que faz pontes entre tomadores de decisão e pesquisadores, sobretudo por meio de relações de confiança, algo que os autores argumentam ser um “*gap*” nas produções científicas.

3-5 Citações

“Pointing out the uneven distribution of “goods” and “bads” that characterises the generation and manifestation of climate change, climate justice illuminates two broad human groups. The first is those who have benefited from fossil fuel- and colonialism-enabled economic development and now sit in positions of privilege. Compared to others, this group is well placed to adapt to the negative side effects of the development trajectory they have helped generate and have largely benefited from – side effects that include, but are not limited to, a disrupted climate.” (p. 295)

“Climate adaptation holds the risk of becoming a new form of settler colonial practice, as spaces previously devalued and stigmatized as too poor, too black, or too brown now become a new frontier for building residential citadels of climate protection or for constructing climate-resilient infrastructure.” (p. 310)

“If adaptation embeds the colonial governance presumption that land, eco-systems and humans can be existentially separated, this can reinforce colonial structures and flows of power.” (p. 315)